

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Mata Nacional de Leiria / “Pinhal do Rei” representava a maior mancha florestal em território nacional, de propriedade e gestão públicas, com uma área aproximada de 11 mil hectares e uma história que remonta a mais de 700 anos, foi recentemente vítima de um fogo que se estima ter destruído 86% da área. Na sua continuidade as matas nacionais de Pedrógão (90%) e do Urso (54%), entre outras matas litorais, também foram fortemente afetadas.

Trata-se de uma enorme perda do ponto de vista social, económico, ambiental e histórico. Ao longo da sua história (> 700 anos) a Mata Nacional de Leiria (MNL) foi sempre uma fonte de riqueza que se materializou sob a forma de diversos serviços capazes de responder às necessidades da sociedade, apesar das suas grandes transformações: do fornecimento de madeira para a construção de navios, à extração de resina para abastecimento da indústria transformadora, da melhoria da qualidade do ar aos serviços de lazer ou de preservação ambiental, entre outros.

O Governo assumiu o compromisso de tomar as necessárias medidas para recuperação da totalidade da área ardida, tendo sido criada uma Comissão Científica, a 22 de Janeiro de 2018, que visa o delineamento de um “plano de intervenção para as Matas Litorais e Pinhal do Rei”. A criação desta Comissão foi acompanhada do anúncio de que em 6 meses seria delineado um plano de reflorestação, no entanto, até à data desconhece-se qualquer trabalho que tenha sido realizado neste sentido e as diversas organizações locais nunca foram consultadas nem convidadas a contribuir, apesar de ter sido criado – no mesmo dia – um Observatório com esta finalidade que reúne os atores locais.

Recentemente foi notícia que um empresário reconhecido pela prática de agricultura intensiva terá, em “conversa” com o Sr. Ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos, chegado à ideia de instalação de áreas agrícolas de regadio na MNL em colaboração com a Associação de Regantes do Vale do Lis. Estranhamos o surgimento desta notícia, pois ainda não é conhecido qualquer trabalho de suporte ao plano de intervenção realizado pela Comissão Científica e respetivos corpos técnicos e académicos. A prática de agricultura de regadio e intensiva não é

conciliável com os serviços de preservação ambiental e bem-estar que se reconhece à MNL, nem corresponde ao tipo de agricultura que, em articulação com a floresta, aumenta a sua resiliência aos fogos e a capacidade de preservação de biodiversidade.

De considerar ainda que, pelo menos no caso da MNL, os 1.545 hectares (14%) que não arderam, ainda não foram alvo de qualquer intervenção florestal significativa na gestão de combustíveis. Em boa parte, a mata continua intransitável, ocupada por plantas invasoras e com elevadas quantidades de combustível que aumentam os riscos de incêndio. Não é aceitável que depois de todos os desastres ocorridos com os incêndios de 2017, o Estado continue a dar um mau exemplo na gestão das áreas florestais que são da sua responsabilidade. Estamos a entrar novamente no período de elevado risco de incêndio e por isso é urgente garantir a intervenção sobre as matas nacionais.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento das situações expostas?
2. A Comissão de Científica para a Recuperação das Matas Litorais já produziu algum trabalho de suporte ao Plano de Intervenção? Quem são os investigadores / técnicos que integram a referida Comissão Científica e responsáveis pela concretização dos trabalhos da mesma?
3. Considera o Governo necessário garantir a auscultação e a participação da população local nas decisões de planeamento e recuperação da Mata Nacional de Leiria e restantes matas litorais afetadas pelos fogos em 2017? Se sim, para quando e de que forma se prevê a sua concretização?
4. Qual a data prevista para concretização do plano de intervenção e reflorestação da Mata Nacional de Leiria e restantes matas litorais?
5. Considera o Governo pertinente possibilitar a instalação de explorações agrícolas de regadio nas áreas ardidas da Mata Nacional de Leiria e matas nacionais adjacentes?
6. Considera o Governo urgente garantir medidas de gestão de combustível nos 14% de área não ardida da Mata Nacional de Leiria? Se sim, para quando se prevê esta intervenção?
7. Depois de um ano em que arderam dezenas de milhar de hectares de matas nacionais, que medidas tomou o Governo para garantir melhor gestão florestal e maior resiliência aos fogos da floresta pública?

Palácio de São Bento, 25 de maio de 2018

Deputado(a)s

HEITOR DE SOUSA(BE)

CARLOS MATIAS(BE)